



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2017
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, sobre os empréstimos concedidos através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para os setores empresariais e industriais brasileiros.

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Ex^a, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, sobre os empréstimos concedidos através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para os setores empresariais e industriais brasileiros, conforme questionamentos que seguem:

- 1) durante o período de 2003 a 2017, quantos empréstimos foram liberados pelo BNDES, em quais condições foram contratados (valores, juros, carências e prazos), para atender os setores empresariais e industriais?;
- 2) o Tesouro Nacional possuía recursos financeiros em caixa para financiar os programas oferecidos pelo BNDES? Em caso negativo, quais foram as medidas e estratégias adotadas para captar recursos no mercado financeiro, qual taxa de juros aplicada, os percentuais adotados e os prazos estabelecidos na captação e na aplicação dos recursos?;
- 3) o Tesouro vem pagando a diferença de taxa de juros ao BNDES?;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

- 4) durante o período de 2003 a 2017, quanto, ano a ano, o BNDES recebeu do Tesouro Nacional para atender as demandas dos programas oferecidos?;
- 5) durante o período de 2003 a 2017, qual foi a variação da taxa de juros aplicada nos contratos referentes aos empréstimos concedidos pelo BNDES?;
- 6) em razão da diferença dos juros adotados (entre a Selic e a TJLP) em relação aos recursos capitados pelo Tesouro Nacional e o repassado para o BNDES?;
- 7) qual é o valor total, atualizado, da defasagem, em reais, durante o período de 2003 a 2017?;
- 8) Qual o valor total do subsídio até a finalização, dos empréstimos concedidos pelo BNDES?; e,
- 9) qual é a percentagem de inadimplência dos contratos concedidos pelo BNDES?

JUSTIFICAÇÃO

Conforme notícia publicada no jornal Folha de S. Paulo, informou que o Governo Federal desembolsará cerca de R\$224 bilhões, para custear empréstimos para o setor industrial, denominada Bolsa Empresário, conforme transcrição do artigo:

“Bolsa Empresário” deve custar R\$ 224 bi em 2017, diz jornal

Dinheiro equivaleria aos gastos realizados pela ex-presidente Dilma Rousseff corrigidos pela inflação, segundo a Folha de S.Paulo

São Paulo – A chamada “Bolsa Empresário”, série de subsídios e desonerações tributárias concedidas pelo governo às indústrias, deve custar 224 bilhões de reais em 2017. A informação foi publicada neste domingo (16) pelo jornal Folha de S.Paulo.

De acordo com o jornal, que analisou a proposta de Orçamento para 2017 enviada pelo governo ao Congresso, a “Bolsa Empresário” foi poupada das medidas do presidente Michel Temer e de sua equipe para ajustar as contas do país.

Os 224 bilhões de reais dos programas de subsídio e desonerações ao setor produtivo equivaleriam, diz a Folha, aos gastos realizados pela ex-presidente Dilma Rousseff corrigidos pela inflação.

A cifra também é bem maior que o valor que será destinado em 2017 ao Bolsa Família, de 29,7 bilhões de reais, e aos investimentos em educação e saúde, de 33,7 bilhões de reais e 94,9 bilhões de reais, nesta ordem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Os valores destinados a esses programas poderão ser reduzidos, devido à Emenda Constitucional n.º 95, que limita os gastos públicos à inflação do ano anterior por 20 anos.

A postura mais cautelosa do governo Temer em relação aos subsídios à indústria, segundo o secretário de acompanhamento econômico da Fazenda, Mansueto Almeida, visa evitar romper contratos e, com isso, piorar a recessão no país.

É preciso lembrar ainda que o setor produtivo tem apoiado fortemente o governo do presidente Michel Temer e a proposta de ajuste fiscal. Mas a retirada dos benefícios está na agenda do governo, já que eles pesam no Orçamento e envolvem contratos de longo prazo.

O governo nunca teve dinheiro para financiar o PSI. Para levantar os recursos, vendeu títulos públicos na praça pagando até 14,5% (Selic). Esse dinheiro foi repassado ao BNDES a uma taxa que variou entre 5% e 7% (TJLP). Só essa diferença de juros deu R\$184 bilhões de defasagem, no final de 2014.

Mas o governo decidiu que, em vez de pagarem pelo menos o mesmo que o BNDES, as empresas tomadoras de empréstimos teriam juros de até 2,5%. O Tesouro teria então de cobrir essa diferença, fazendo a "equalização".

Por estes motivos, o presente requerimento de informação visa obter dados oficiais perante o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, para que o Congresso Nacional possa desempenhar o seu papel como ‘agente fiscalizador’ dos atos do Poder Executivo, conforme estabelecido no Art. 71 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2017.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PV/SP